

ACTA N.º 9/2010

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 7 DE ABRIL DE 2010:

Aos sete dias do mês de Abril do ano dois mil e dez, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, estando presentes os Excelentíssimos Senhores António José Ferreira Sousa Correia Santos, Presidente, Jorge Alberto Bombas Amador, Vice-Presidente, Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes, Jorge Serafim Silva Abrantes, Luís Lourenço Jorge Ganhão, Francisco Manuel Pinto da França Salvador e Carlos Jorge Gonçalves Amaral Domingos, Vereadores, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche.

A reunião foi aberta, pelo Senhor Presidente, eram nove horas.

A Câmara passou a apreciar os assuntos a seguir indicados, tendo as deliberações, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, sido tomadas por unanimidade e votação nominal.

PERÍODO DE AUDIÇÃO DO PÚBLICO

No período reservado à audição do público, intervieram:

- Joaquim Pedroso, que leu uma exposição sobre os fundamentos legais reguladores dos horários dos bares, dando exemplos da regulamentação existente noutras autarquias. Acompanhou a sua exposição com juízos de valor sobre os eleitos locais, assim como sobre a actuação dos serviços municipais. Salientou também o direito ao silêncio, legalmente consignado aos moradores contíguos aos bares. Referiu ainda o método de renovação dos horários dos bares, frisando que o seu funcionamento até às 2 horas era incomportável com a lei do silêncio.

O Senhor Presidente disse que não se iria pronunciar em relação aos juízos de valor efectuados sobre os elementos da Câmara Municipal, uma vez que a prática autárquica e o bom nome dos eleitos estavam acima desses juízos. Disse também que não era político profissional e que cada elemento da Câmara era livre de tomar as decisões que quisesse. Acrescentou que tinha consciência de que fazia o seu melhor e que também seria avaliado por aquilo que não conseguia fazer.

Disse também que iria dar o melhor tratamento à exposição, nomeadamente que os serviços iriam informar sobre a ausência de regulamentação e que tomaria a devida nota sobre a questão da segurança.

Acrescentou ainda que não era desconsideração trabalhar com outras entidades, quando se procurava encontrar as melhores soluções e que nunca tinha questionado a medida de se pôr os serviços municipais à disposição dos munícipes para lhe resolver os problemas.

Informou que tinha feito uma reunião com o Governo Civil, onde tinha sido abordado o problema do Bar Cocktail do Baleal e que tinha sido concluído que iria ser feita uma medição do ruído em relação ao seu funcionamento.

Por último, agradeceu os elementos fornecidos em relação a outros municípios, que seriam tidos em devida atenção.

O Senhor Joaquim Pedroso disse que era evidente que fossem formulados juízos de valor ao longo das actuações dos Executivos, não como pessoas, mas como eleitos e lamentou que não tivesse havido qualquer manifestação de solidariedade dos partidos sobre o que se passava no Baleal.

Disse também que era um polvo que se ia alargando na noite, que gerava a revolta dos cidadãos pela não aplicação de qualquer medida que preservasse o seu direito ao sossego e que

iria ocorrer brevemente a renovação do horário do Cocktail Bar, sem que fosse tida em conta esta situação, pelo que teriam de lutar para fazer prevalecer os seus direitos.

O Senhor Vereador Francisco Salvador disse que o direito à indignação do Senhor Joaquim Pedroso não lhe dava o direito de fazer aquele tipo de discurso, que para além de não corresponder à verdade, era insultuoso. Sobre a solidariedade dos partidos, disse que todos os partidos faziam valer os direitos dos cidadãos. Acrescentou que, se a Câmara não tinha ainda conseguido resolver o assunto, era porque ainda não tinha podido e que meter tudo no mesmo saco, em relação à falta de actuação de algumas entidades, era insultuoso.

Frisou que não era profissional da política, mas que tinha todo o empenho em contribuir para o bem colectivo e que se sentia ofendido, sobre a referência de resolver os problemas à sua porta, uma vez que a sua função era tentar resolver os problemas do Município.

Disse ainda que a Câmara ainda não tinha encontrado uma solução expedita para resolver o problema, mas que isso não significava falta de solidariedade.

O Senhor Vereador Luís Ganhão disse que era habitante da Freguesia de Ferrel e incomodava-o não só o que se passava em Ferrel mas em todo o Município, acrescentando que estava solidário com todas as situações que perturbassem o descanso das pessoas.

Disse também que a Câmara ainda não tinha encontrado a solução ideal e esperava que isso acontecesse o mais rápido possível, que fosse encontrado um ponto de equilíbrio.

O Senhor Vereador Carlos Amaral subscreveu as palavras do Senhor Vereador Francisco Salvador e agradeceu os contributos dados pelo Senhor Joaquim Pedroso, lamentando, contudo, o facto de ter retomado um discurso em que rotulava os elementos da Câmara de pessoas levianas e irresponsáveis, assumindo uma postura de hostilidade para com os autarcas democraticamente eleitos.

Frisou que a preocupação de Joaquim Pedroso era mais que legítima, mas que a forma como abordava a questão é que não era legítima, uma vez que a Câmara estava, neste momento, a debruçar-se sobre a forma como a questão era apresentada e não sobre o que era mais importante, isto é, a sua resolução

Afirmou que os elementos da Câmara eram pessoas de bem, e que, como o Senhor Joaquim Pedroso não era do Concelho, naturalmente não os conhecia o suficiente para poder fazer os juízos de valor que tinha feito sobre a sua integridade e repudiou claramente esses juízos.

O Senhor Vice-Presidente, sobre o conteúdo da exposição, disse que para além de serem eleitos, eram pessoas e tinham direito a ter opinião e que aquela linha anti-partido não lhe metia medo nenhum. Acrescentou que era um profissional da política e que há muitos anos que ia a votos, podendo mostrar o seu curriculum.

Disse que conhecia bem a realidade que o Senhor Joaquim Pedroso tinha trazido e que não podia escrever o que tinha escrito e lido, como “omissão à regulamentação”, “perante a vossa indiferença, passando a culpa para cima das forças policiais”, uma vez que as forças policiais tinham de assumir as suas responsabilidades e intervir.

O Senhor Presidente da Câmara e a jurista estagiária relataram os procedimentos já efectuados para esclarecer a titularidade da exploração do estabelecimento em causa, nomeadamente o pedido de colaboração à Direcção-Geral das Actividades Económicas.

O Senhor Presidente acrescentou que a solução não estava só na esfera política, uma vez que havia uma determinante componente técnico-jurídica e referiu as diligências efectuadas pela Câmara para fazer uma medição de ruído na habitação do Senhor Joaquim Pedroso.

O Senhor Joaquim Pedroso disse que não tinha condições para fazer a medição do ruído na sua casa.

O Senhor Vereador Luís Ganhão disse que disponibilizava a sua casa situada no prédio onde funcionava o Bar Cocktail.

O Senhor Vice-Presidente disse que seria importante que a medição do ruído fosse efectuada também na casa do Senhor Joaquim Pedroso.

O Senhor Joaquim Pedroso disse que o cidadão não confiava nesse tipo de medições.

- Manuel Nita, que solicitou que o horário de encerramento do café que explorava fosse alargado até às 4 da manhã, uma vez que morava por cima do café e que não podia dormir a partir das 2 horas por haver muito barulho na rua, devido aos clientes dos outros cafés que encerravam às 4 horas.

O Senhor Presidente perguntou se o Senhor Manuel Nita vinha pedir o alargamento do horário do seu café ou queixar-se do barulho da sua rua.

O Senhor Manuel Nita esclareceu que vinha pedir o alargamento do horário de encerramento do seu café para as 4 horas.

O Senhor Presidente disse que os cafés naquela zona encerravam às 2 horas, apesar de haver pedidos de alargamento de horário, que foram sempre recusados. Acrescentou que a sua opinião ia no sentido na manutenção do horário de encerramento às 2 horas e que o barulho nas ruas para além das 2 horas era uma questão de policiamento.

- D. Encarnação Mamede, que perguntou qual era a evolução do problema do Bar Mystic, processo que já se arrastava há 12 anos.

O Senhor Presidente deu conhecimento dos assuntos tratados na reunião, realizada no Governo Civil, sobre os horários dos bares em Peniche, frisando que tinha sido abordada a necessidade de intervenção das forças de segurança. Disse também que iria ser suscitado ao Bar Mystic a entrega dos projectos relativos a insonorização do estabelecimento e que iria ser feita uma medição de ruído na habitação da D. Encarnação Mamede.

- Rosa Maria Nogueira Gomes Pereira, que disse que em 30 de Março último, havia um enorme barulho na Rua Gomes Freire de Andrade, durante a madrugada, derivado dos clientes do Bar Jonas se manterem lá após o encerramento daquele estabelecimento. Comunicou que tinha ligado à PSP a dar conta da ocorrência e que lhe tinham respondido para ir à Câmara, porque a situação era da responsabilidade da Autarquia e se não fosse atendida que fizessem uma manifestação à porta da Câmara.

Salientou que os moradores da zona circundante do Bar Jonas estavam à beira de não aguentarem mais aquela situação e que poderiam partir para actuações extremas.

O Senhor Vice-Presidente perguntou a que horas é que tinha sido feito o telefonema para a PSP, ao que lhe foi respondido que tinha sido à 1.30 horas, tendo proposto que esta factó fosse colocado à PSP de Peniche, ao Comando Distrital da PSP e ao Governo Civil de Leiria.

O Senhor Presidente disse que iria comunicar o factó às entidades competentes.

O Senhor Vice-Presidente disse que havia responsabilidade da Câmara no estabelecimento do horário de encerramento, mas que depois desse horário, a responsabilidade em manter a ordem pública é da respectiva força de segurança.

- Francisco Alexandre, que disse que na reunião de Câmara de 9 de Fevereiro tinha lido uma carta que não tinha sido transcrita na acta, como tinha pedido e que solicitava agora que a carta que ia ler fosse transcrita, tal como era o seu direito.

Disse também que a Câmara poderia ter feito muito mais pelo seu processo, dentro dos prazos convenientes e leu a carta que a seguir se transcreve:

«Ferrel, 7 de Abril de 2010.

Bom dia.

No dia 9 de Fevereiro, numa reunião pública, nesta mesma sala, foi por mim lida uma

carta, cuja Câmara ficou com o original da mesma. Era por mim pedido que o conteúdo dessa mesma carta fosse todo transcrito em acta. Ao ler a transcrição dessa mesma acta verifiquei que esse meu pedido foi completamente ignorado por parte da Câmara, situação que anteriormente já tinha acontecido. Estou aqui hoje para que essa mesma carta seja toda ela transcrita em acta, pois é um direito que me assiste.

Agora sobre a acta da reunião de Câmara do dia 9 de Março de 2010. Na intervenção do Senhor Luís Chagas para além doutros assuntos refere o seguinte e passo a citar:

“Luís Chagas, que perguntou se o seu caso relativo à construção da sua habitação tinha sido denunciado à Ordem dos Engenheiros e se o Senhor Presidente lia os documentos que assinava. Entregou cópia do ofício que lhe tinha sido enviado, dizendo que os anexos nada tinham a ver com o seu processo por pertencerem ao processo de Francisco Alexandre. Concluiu dizendo que o seu processo não tinha sido denunciado à Ordem dos Engenheiros.

O Senhor Presidente disse que assumia o lapso e que iria ser corrigido, pedindo desculpa a Luís Chagas e a Francisco Alexandre.”

Relativamente ao pedido de desculpas, a que se refere a acta, quer dizer que ainda não tomei conhecimento mas gostaria de ser esclarecido sobre o porquê desse mesmo pedido, visto não estar presente nessa reunião pública, mas também tenho que dizer ao Senhor Presidente que esse mesmo pedido, ao ser feito, terá de ser por escrito e não de outra forma.

O Senhor Presidente já por diversas vezes fez questão em mencionar a Provedoria da Justiça. Também eu recebi resposta da Provedoria da Justiça e ao ler essa carta fiquei ainda mais esclarecido e serviu também para dar mais força à minha tese de que a Câmara Municipal de Peniche poderia ter feito muito mais em relação ao meu processo e o que fez tinha a obrigação de o fazer dentro dos prazos legais, por isso em minha opinião, a Câmara Municipal de Peniche errou e deve de assumir as responsabilidades desse mesmo erro. Agora vou dar-vos conhecimento do conteúdo dessa carta.

Agora para finalizar, relativo à acta de 12 de Janeiro de 2010, no que dia respeito aos Processos de Contra-Ordenação e depois de ler o que está transcrito só me apetece dizer:

- Azar o meu e da minha família.

Pedia que esta carta fosse toda ela transcrita em acta bem como rubricada cópia de mesma.»

De seguida leu algumas deliberações sobre contra-ordenações, tomadas pela Câmara, que revelavam prazos curtos de decisão, o que não tinha acontecido em relação ao seu processo, que tinha demorado dois anos.

Disse ainda que, na reunião anterior o Senhor Presidente iria pedir desculpa pelo lapso de enviar fotocópias de documentos do seu processo a Luís Chagas e ainda não tinha recebido qualquer pedido de desculpas.

Disse, por último, que era uma pessoa livre e que continuaria a falar, porque o que estava em causa era a sua vida e a vida dos seus familiares.

O Senhor Presidente disse que a carta iria ser transcrita em acta e assumiu o lapso do pedido de desculpas, apesar de já ter sido enviado, ainda não ter chegado.

- Armindo Gomes e António José Gomes da Silva, que disseram que viviam há muito tempo na Praia da Consolação e que esta estava a ser invadida por autocaravanas que ocupavam os parques de estacionamento. Acrescentou que as autocaravanas se abasteciam de água nas torneiras do Mercado, sem pagarem nada e despejavam os seus dejectos nas valetas pluviais.

O Senhor Armindo Gomes comunicou a necessidade de construir um passeio em Peniche de Cima, frente ao Intermarché, para maior segurança dos peões, situação que já tinha apresentado à Junta de Freguesia de Ajuda há cerca de dois anos.

O Senhor Presidente agradeceu as questões colocadas e comunicou que a situação de

Peniche de Cima iria ser considerada. Informou ainda, em relação às autocaravanas, que iria ser feita uma acção conjunta com a GNR.

- Luís Chagas, que, em relação ao processo de construção da sua habitação, disse que a Chefe da Divisão Administrativa lhe tinha comunicado, frente a testemunhas, que o seu processo não tinha sido denunciado à Ordem dos Engenheiros e que depois tinha recebido um ofício a dizer o contrário, com fotocópias de documentos que não eram do seu processo. Perguntou se o seu processo tinha ou não sido denunciado à Ordem dos Engenheiros. Informou que o Provedor de Justiça tinha comunicado que a actividade do engenheiro responsável pelo seu processo poderia ser interdito da sua actividade por um determinado espaço de tempo, por decisão da Câmara Municipal e que isso não tinha sido avaliado pelo Executivo.

O Senhor Presidente disse que as questões colocadas iriam ser avaliadas e respondidas por escrito pelos serviços municipais.

- Virtuosa Domingos Leal, que solicitou resposta a cartas enviadas por si à Câmara, sobre consumos de água da sua habitação e sobre a possibilidade de acesso à serventia junto à sua casa.

O Senhor Presidente comunicou que a Senhora Virtuosa iria ser recebida pela jurista estagiária, a fim de avaliar as questões colocadas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

VISITA DA MINISTRA DA SAÚDE AO OESTE:

O Senhor Presidente da Câmara informou que a Ministra da Saúde tinha visitado ontem o Oeste, tendo começado por Sobral de Monte Agraço e vindo a Peniche por volta do meio-dia, sendo as intervenções dos Presidentes de Câmara feitas na Oeste CIM, pelas 15.00 horas.

Comunicou que tinha confirmado que o serviço de urgência básico iria ser melhorado com a reformulação de todo o edifício, tendo já aprovado o financiamento através do QREN, cuja reformulação tinha sido feita através do programa +Centro, que o hospital iria ser dotado de mais 43 camas para unidades de convalescença e cuidados paliativos, através de meios do próprio Ministério da Saúde e que iriam ser constituídas duas unidades de cuidados de saúde personalizados. Acrescentou que o edifício iria sofrer obras no terceiro trimestre deste ano.

Informou também sobre as questões colocadas à Ministra da Saúde, nomeadamente sobre a disponibilidade da Câmara para concretizar o protocolo, na sequência do acordo firmado entre a Administração Regional de Saúde, o CHON e a Câmara.

Disse que estava definida a missão e a constituição da equipa em relação ao serviço de urgência básica, para satisfação das condições que a Portaria respectiva consagrava.

Comunicou que a Ministra da Saúde tinha apresentado um estudo, desenvolvido pelo Ministério e pelo IST, em Outubro de 2009, sobre as nove alternativas de localização para o CHON, donde tinham sido seleccionadas três e cuja escolha tinha recaído na Lavandeira.

Disse ainda que a Ministra da Saúde tinha apresentado o plano de saúde do Oeste e as suas componentes, ao que se tinha seguido as intervenções dos Presidentes de Câmara, tendo nessa altura colocado a questão da candidatura do Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche.

Acrescentou que, na sequência das intervenções dos Presidentes de Câmara, a Ministra da Saúde tinha-se comprometido de, até ao final de Abril, tomar uma decisão sobre o lançamento de concurso para elaboração do projecto no segundo semestre deste ano.

Referiu a reacção negativa de Alcobaça, que por considerar estar incluídos nos critérios do estudo as questões dos custos de acesso ao hospital, causarem uma dupla penalização aquele Município.

Disse também que tinha sido colocado o cenário de se desenvolver nas actuais instalações do Centro Hospitalar de Caldas da Rainha grandes intervenções que dotassem aquela unidade de potencialidades que substituíssem o CHON, ao que tinha sido respondido que o que tinha sido anunciado era a construção de um novo hospital, cujas condições de acessibilidade eram importantes.

O Senhor Vereador Francisco Salvador disse que tinha sido afirmado várias vezes o respeito pelo acordo firmado com o Ministro da Saúde Correia de Campos e que esse acordo tinha na sua última linha uma palavra que o preocupava, que nunca tinha sido clarificada e que entrava em contradição com o resto do acordo, que era a palavra “até”.

O Senhor Presidente disse que o investimento que iria ser feito no serviço de urgência básica e o tempo que iria levar o CHON a ser construído dariam oportunidade a esclarecer o assunto. Realçou que o que tinha sido importante era que o serviço de urgência fosse garantido e que não fosse reduzido o serviço de atendimento permanente.

O Senhor Vereador Francisco Salvador sugeriu que se mandasse o acordo fora e se celebrasse um protocolo.

O Senhor Presidente disse que era por ter surgido o acordo que se estavam a fazer investimentos no Hospital de Peniche e que tudo faria para defender os interesses de Peniche.

O Senhor Vice-Presidente disse que no actual quadro o que interessava era garantir a execução das obras do Serviço de Urgências e que quando viesse o protocolo a Câmara apreciaria os seus termos.

CONSTRUÇÃO DA POUSADA NA FORTALEZA:

O Senhor Presidente informou que o Primeiro-Ministro e o Ministro da Economia estavam em Leiria na NERLEI, a tratar de assuntos relacionados com o Oeste e que andava a tratar com o Ministro da Economia questões relacionadas com a Pousada da Fortaleza. Historiou o processo da construção da Pousada e informou que estava previsto uma reunião, para o próximo dia 9 de Abril, com o Ministro da Economia, o Turismo de Portugal, a Enatur e o Grupo Pestana, para avaliar a concretização do que tinha sido acordado fazer na reunião de Setembro de 2009, uma vez que desde aquela data não tinha havido qualquer comunicação da Enatur. Acrescentou que na reunião realizada em 31 de Março, no Turismo de Portugal, tinha sido levantado o problema e tinha sido informado de que o Grupo Pestana iria reunir em Abril, para dar início ao estudo prévio acordado em Setembro de 2009.

O Senhor Vereador Carlos Amaral perguntou se a reunião de 9 de Abril não era com a Câmara.

O Senhor Presidente comunicou que a reunião não era com a Câmara, mas que lhe seria dado conhecimento do que fosse decidido.

O Senhor Vereador Francisco Salvador referiu-se a uma entrevista dada pelo responsável do Grupo Pestana, onde referiu que, devido a prejuízos de exploração, estava a equacionar o encerramento de algumas pousadas e que não iria haver investimentos em novas pousadas.

O Senhor Vice-Presidente esclareceu ainda que a Pousada da Enatur a instalar na Fortaleza de Peniche merece todo o apoio desde que tenha em conta e respeite todas as premissas existentes entre as partes envolvidas desde o início deste processo, ou seja, não estão a afirmar nem mais nem menos que aquilo que a CDU apresentou como proposta ao eleitorado nas últimas eleições autárquicas.

O Senhor Presidente disse que tinha referido os elementos objectivos que haviam em relação à Pousada de Peniche e que iria defender as expectativas que havia em relação ao investimento que estava previsto.

No período Antes da Ordem do Dia, usaram da palavra os seguintes membros da Câmara:

Senhor Presidente da Câmara:

- No dia 25 de Março, participou numa reunião do Conselho Regional de Lisboa e Vale do Tejo, onde foi apresentada a nova equipa dirigente da CCDRLVT e aprovado o plano de actividades para 2010;

- No dia 25 de Março, participou numa reunião do Oeste CIM, sobre a ADRO;

- No dia 25 de Março, participou na reunião do Conselho Municipal de Segurança;

- No dia 26 de Março, reuniu em Lisboa com a ARHTEjo e a CCDRLVT, sobre a reposição da legalidade em Água Doce, no Baleal. Informou que no dia 29 de Março tinham sido afixados editais de notificações, de modo a que a partir dessa data se iniciasse a contagem do prazo de audiência prévia dos proprietários das parcelas de terreno, para se pronunciarem sobre as construções ilegais nas respectivas parcelas. Disse que já tinha recebido a família de José Grandela e que tinha ficado acordado apresentarem todos os argumentos de modo a que a sua situação pudesse ser devidamente avaliada. Acrescentou que aspectos de carácter social estavam a ser acompanhados. Referiu ainda os passos seguintes deste processo, após a conclusão da audiência prévia;

- No dia 30 de Março, reuniu com a Associação Amigos das Berlengas e ASAE, sobre as condições de funcionamento do Forte de São João Batista e as medidas de minimização de riscos da qualidade da água que chegava à Ilha das Berlengas;

- No dia 31 de Março, participou na Assembleia-Geral do Pólo de Desenvolvimento Turístico do Oeste, onde tinha colocado a questão da Pousada da Fortaleza e do apoio à Ilha das Berlengas em relação ao concurso das 7 Maravilhas de Portugal.

Senhor Vice-Presidente da Câmara:

Deu conhecimento das reuniões e eventos em que participou nas semanas de 23 de Março a 7 de Abril de 2010:

Reuniões:

- Do Conselho de Administração dos SMAS;

- Aberta a todos os funcionários dos SMAS;

- Extraordinária da Câmara Municipal;

- Com os Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho para elaboração do mapa de obras municipais;

- Com a Comissão de Festas de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Eventos:

- Diversas iniciativas sobre “As Rendas de Bilros vão às Escolas do 1.º ciclo”, que decorreu durante todo o dia 24 de Março, e Dia do Estudante, onde esteve presente em todas as escolas do 1.º ciclo de Peniche e concelho, agradecendo todo o envolvimento de todos os funcionários da Câmara Municipal, de D. Ida Guilherme e de todos os Agrupamentos Escolares;

- Na iniciativa “Torneio de Futebol Interline”;

- Na cerimónia de entrega do Prémio de Arquitectura Paisagística, no Centro de Congressos do Estoril, onde o Parque Urbano de Peniche conquistou o segundo lugar do PNAP 2010, na categoria de Parques e Jardins;

- Na recepção a um grupo de Rendilheiras provenientes de Gijón, nas Astúrias;

- Na Mostra Internacional de Encaixe de Camariñas, onde se realizou uma reunião entre os Municípios de Peniche, Camariñas e Novredate sobre o desenvolvimento do projecto comunitário a desenvolver a três no âmbito das Rendas de Bilros;

- No 1.º Festival Folclórico Infantil, em Ferrel, promovido pelo Rancho Folclórico “Os Camponeses da Beira Mar”;

O Senhor Vice-Presidente prestou as seguintes informações:

- No âmbito da Feira da Juventude “Orient@-te”, já se encontram asseguradas a participação de 45 instituições ligadas ao ensino, emprego e formação;

- Encontra-se a trabalhar numa proposta que visa limitar o acesso de determinadas viaturas a parte substancial do Parque Central da Cidade, que será presente à próxima reunião da Comissão Municipal de Trânsito, a ter lugar no dia 16 de Abril;

- Edição da publicação dirigida às Escolas do 1.º ciclo, no âmbito do projecto “Fruta nas Escolas”, com o objectivo de fomentar o consumo de fruta junto desta comunidade;

O Senhor Vice-Presidente deu conhecimento de que foi lançado o concurso público da Obra de Reabilitação do Terminal Rodoviário.

Senhora Vereadora Clara Abrantes:

- Informou que tinha participado numa reunião com o Serviço Local de Segurança Social para acordar formas de articulação com a Câmara em situações de emergência, tendo formulado o convite àquela entidade para integrar o GPS;

- No dia 1 de Abril, o núcleo executivo reuniu e neste âmbito esteve presente a equipa de tratamento (ET) do CriOeste que apresentou a nova equipa e os projectos. Salientando o projecto Konversas. Também esteve presente no núcleo a Cercipeniche para divulgação do projecto de recuperação do Moinho da Fialha.

Senhor Vereador Jorge Abrantes:

Comunicou que a proposta das GOP para 2010 seriam entregues ainda hoje.

Senhor Presidente da Câmara:

Comunicou que em 29 de Março tinha reunido com os trabalhadores dos SMAS para informar sobre as negociações com as Águas do Oeste.

Senhor Vereador Francisco Salvador:

Disse que o problema do autocaravanismo não podia ser encarado de forma ligeira, uma vez que eram turistas consumidores no comércio local e deveriam haver medidas que os acolhesse e não que os afastasse, uma vez que eram uma fonte de rendimento e os serviços a prestar não seriam de desprezar.

Aconselhou a que se pusesse em prática um projecto que criasse um espaço em que os caravanistas fizessem os seus despejos e se abastecessem de água, mediante o pagamento dos serviços prestados.

Disse ainda que, mais do que limitar-lhes o estacionamento, era criar-lhes condições de acolhimento, sugerindo a preparação para o efeito do espaço traseiro ao Quartel dos Bombeiros.

Disse que ficava a aguardar que fosse marcada uma reunião de Câmara para analisar as GOP para 2010.

Senhor Presidente da Câmara:

Marcou uma reunião de Câmara extraordinária para dia 13 de Abril, pelas 14.30 horas para apreciar e aprovar as GOP para 2010.

Sobre o problema das autocaravanas, disse que iria avaliar a possibilidade de incluir nos contratos de concessão dos espaços para os postos de abastecimento de combustíveis, a exploração de abastecimento de água e de despejo de dejectos das autocaravanas, mediante o pagamento dessa prestação de serviços.

Senhor Vereador Luís Ganhão:

- Disse que o Mapa de Obras não estava na pasta desta reunião. Comunicou também que

na Freguesia de Atouguia da Baleia tinha sido feita uma intervenção com tout-venant, sem que o Presidente dessa Junta de Freguesia tivesse tido conhecimento.

- Sobre os horários dos bares, disse que a Câmara se deveria debruçar atentamente sobre o assunto, lembrando que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia já não mandava pareceres sobre os mesmos. Acrescentou que a Câmara devia ter atenção a esta situação, para não ouvir o que o Presidente da Junta de Ferrel tinha dito na sessão da Assembleia Municipal, que a Câmara atribuía horários a bares sem consultar a Junta de Freguesia respectiva.

- Perguntou se havia permissão para a utilização do Forte de S. João Batista.

- Historiou o relacionamento de Elisabete Santos com a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, para construção de um muro na sua propriedade. Comunicou que a citada munícipe tinha sido notificada para demolir esse muro, que ameaçava ruína e construir um novo muro. Disse que considerava estranho a Câmara notificar a munícipe por o muro em questão ter sido mal construído pela Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia.

- Referiu-se também à notificação recebida por Mário Fernando Henriques, de Casais de Mestre Mendo, que tinha apresentado um projecto de construção, em que pedia um afastamento de casa à via de três metros e tinha-lhe sido imposto que a casa ficasse implantada junto à via. Historiou o processo de construção da casa em questão e disse que, passado ano e meio, a obra tinha sido embargada por estar mal implantada. Acrescentou que gostaria que este assunto fosse convenientemente tratado.

- Alertou para o facto de que havia ofícios da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia a solicitarem materiais que não tinham merecido qualquer resposta. Disse ainda que o não pagamento dos combustíveis abastecidos no posto de abastecimento da Galp de Atouguia da Baleia, de parte da obra de ampliação do Cemitério, de 50% da retroescavadora, da electricidade consumida no ATL, estava a provocar o estrangulamento financeiro às Juntas de Freguesia de Atouguia da Baleia e de Ferrel, referindo também os incómodos provocados pelo atraso das transferências para pagamento de salários ao pessoal. Disse ainda que a Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei já tinha recebido tais transferências no dia 22 de Março e as outras Juntas Rurais ainda não tinham recebido. Embora reconhecendo que o dinheiro não abundava, disse que era razoável dizer o que se passava aos autarcas das Juntas de Freguesia.

Senhor Presidente da Câmara:

- Disse que nenhum dos Presidentes de Junta focados lhe tinha colocado qualquer situação sobre falta de pagamentos, no frequente relacionamento que mantinha com eles. Disse também que todos os Presidentes de Junta de Freguesia tinham toda a legitimidade de colocar as questões a quem quisessem, mas estranhava que não as tivessem colocado a si. Frisou que não havia, por parte do Executivo nenhuma indicação para haver qualquer tratamento diferenciado das Juntas.

- Comunicou que a reunião realizada sobre o Forte S. João Batista tinha sido para encontrar uma solução que salvaguardasse a posição de todas as partes.

Senhor Vereador Jorge Abrantes:

Informou que a Chefe da Divisão Financeira desconhecia qualquer atraso nas transferências para pagamento de salários, esclarecendo que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tinha solicitado participações para dois novos trabalhadores e que esse processo ainda estava a ser avaliado.

Senhor Vice-Presidente da Câmara:

- Salientou que havia várias coisas nesta intenção do Senhor Vereador Luís Ganhão dizia só para cumprir o seu papel de oposição.

- Esclareceu que tinha recebido do Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia um pedido de intervenção, com a máxima urgência, e a intervenção tinha sido logo efectuado, não dizendo nada ao Presidente da citada Junta de Freguesia. Acrescentou que iria trazer uma listagem dos materiais solicitados e dos materiais entregues e em falta.

- Sobre o muro de Elisabete Santos, esclareceu que o muro tinha sido construído há mais de dez anos pela Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, para alargamento da estrada e que a responsabilidade daquele órgão autárquico tinha acabado ali. Agora, se o muro estava a cair a responsabilidade da sua conservação era do proprietário. Acrescentou que se houvesse uma intervenção da Câmara, o assunto teria de vir a reunião para ser autorizado.

- Disse que uma cópia do Mapa de Obras seria colocada nas pastas dos Vereadores e sobre os materiais pedidos pelas Juntas de Freguesia Rurais, comunicou que tinha sido acordado com as três Juntas de Freguesia de que o material em armazém seria repartido equitativamente.

- Sugeriu que a Câmara solicitasse às Juntas de Freguesia uma informação sobre a sua situação financeira.

Senhor Vereador Carlos Amaral:

- Alertou para a questão das autocaravanas no parque de estacionamento e dos autocarros estacionados no Campo da República, recomendando que seria importante intervir sobre estes assuntos. Corroborou a preocupação do Senhor Vereador Francisco Salvador de serem criadas condições de estacionamento e manutenção de autocaravanas noutra local.

- Comunicou que tinha recebido a informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a reunião realizada com a ASAE e a Associação Amigos da Berlenga, dizendo que esperava que todo o trabalho desenvolvido viabilizasse o funcionamento do Forte São João Batista durante o Verão, como é o anseio da Associação Amigos da Berlenga. Acrescentou que não se furtava, enquanto Vereador, de tomar alguma posição política em relação ao funcionamento do Forte, uma vez que importava encontrar uma solução para este problema.

- Perguntou se se sabia alguma coisa sobre a intervenção no IP6, em relação à derrocada de parte da berma, ocorrida há cerca de dois meses.

- Referiu a sua preocupação em relação à Pousada da Fortaleza, tendo descrito os desenvolvimentos havidos durante os mandatos do PS, e que não tiveram correspondência no mandato passado, fazendo com que agora estejamos num novo ciclo de processo de avaliação deste investimento tão importante para o futuro do nosso concelho. Manifestou a sua disponibilidade para colaborar neste assunto.

- Referiu a necessidade de intervenção dos serviços camarários num terreno público de Casal da Vala, confinante com o depósito de gás, que tinha um elevado número de cães presos numa zona delimitada. Referiu também a existência de um monte de entulho colocado à entrada do depósito de gás.

- Agradeceu a entrega do relatório sobre a actividade do GIE.

Senhor Presidente da Câmara:

Disse que tinha a consciência de que tinha dado a atenção devida ao processo da Pousada da Fortaleza, começando pela inclusão do projecto no Plano de Acção do Oeste, rejeitando qualquer tipo de responsabilidade da sua parte, por o projecto não estar mais desenvolvido. Referiu todas as diligências efectuadas para acelerar o andamento deste processo e registou a disponibilidade do Vereador, sugerindo que na reunião a realizar com o Ministro da Economia estivesse presente um elemento de cada força política.

- Sobre a reparação da derrocada da berma no IP6, disse que já tinha enviado um ofício registado, sobre o assunto, ao Conselho de Administração das Estradas de Portugal e dado conhecimento da situação ao Governo Civil e ao Ministério das Obras Públicas.

- Sobre o Forte São João Batista disse que as questões de licenciamento eram fundamentais. Acrescentou que oportunamente o processo viria a reunião de Câmara e registou a disponibilidade do Senhor Vereador Carlos Amaral para assumir responsabilidades políticas sobre o processo.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

CORRESPONDÊNCIA:

Foi presente e apreciada a seguinte correspondência:

* Carta, datada de 22 de Março de 2010, da Senhora Paula Alexandra Mirão Batalha Raimundo, solicitando o alargamento do horário de funcionamento, até às 4.00 horas, às sextas-feiras e sábados, do estabelecimento de que é proprietária, denominado “Docas Bar”, sito na Rua José Estêvão, n.º 113, em Peniche.

- Deliberado indeferir.

* Carta n.º 191, datada de 3 de Março de 2010, da Escola Secundária de Peniche, solicitando a cedência de autocarros municipais, destinados ao transporte de regresso a casa dos peregrinos participantes na XXV Peregrinação a Fátima a Pé da Escola Secundária de Peniche.

- Deliberado autorizar a utilização gratuita dos autocarros municipais. (P.º 13/02)

* Requisição n.º 108, da Junta de Freguesia de Serra d’El-Rei, para a cedência de 60 kg de sacos do lixo.

- Deliberado deferir. (P.º DEA)

* Requisição n.º 146, do Agrupamento de Escolas D. Luís de Ataíde de Peniche, para a cedência de 10 kg de sacos do lixo grandes e 20 kg de sacos do lixo pequenos.

- Deliberado deferir. (P.º DEA)

* Carta, datada de 2 de Fevereiro de 2010, da Colónia Nossa Senhora dos Remédios, solicitando a cedência de sacos do lixo.

- Deliberado deferir. (P.º DEA)

* Carta, sem data, da Associação Cultural, Recreativa e Desportiva Reinaldense, solicitando a cedência de materiais destinados à realização de obras de beneficiação na sede daquela colectividade.

- Deliberado deferir.

* Informação n.º 3, datada de 20 de Janeiro de 2010, do Departamento de Energia e Ambiente, apresentando, para efeitos de aprovação, o Plano Anual das feiras promovidas pelo Município.

- Deliberado aprovar.

* Carta, datada de 31 de Março de 2010, da Comissão Organizadora da Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem, solicitando autorização para proceder à montagem do arraial da referida festa no Campo do Baluarte, em Peniche, nas datas a seguir indicadas:

- A partir do dia 8 de Julho de 2010, para estacionamento dos divertimentos;

- A partir de 12 de Julho de 2010, para a montagem dos divertimentos;

- A partir de 16 de Julho de 2010, para o funcionamento dos divertimentos;
- A partir de 21 de Julho de 2010, para a entrada da venda ambulante;
- A partir de 23 de Julho de 2010, para a venda;
- No dia 8 de Agosto de 2010, até às 24.00 horas, encerram todas as actividades.
- Deliberado concordar com as datas propostas. (P.º 11/03)

* Ofício n.º 81/2010, datado de 26 de Fevereiro de 2010, da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, solicitando autorização para proceder à realização de um Passeio de Cicloturismo, no próximo dia 25 de Abril.

- Deliberado autorizar a pretensão, devendo providenciar a obtenção de apólice de seguro contra acidentes pessoais e assegurar junto da GNR e PSP a fiscalização necessária à realização do evento. (P.º 28)

* E-mail, datado de 5 de Abril de 2010, do Senhor Ricardo Capinha, solicitando a emissão de parecer relativamente à realização de uma prova desportiva – Prova Todo o Terreno, nos termos do Regulamento Municipal – Licenciamento de Actividades Diversas e do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março.

- Deliberado emitir parecer favorável. (P.º 16/02)

* Ofício n.º DOPS/2010/248, datado de 30 de Março de 2010, da Divisão de Protecção Costeira do Instituto da Água, prestando algumas informações sobre as medidas a adoptar relativamente ao desmoronamento da arriba adjacente ao Forte de Nossa Senhora da Consolação.

- Tomado conhecimento e deliberado informar o INAG de que a demolição controlada referida no ofício deve ser efectuada de imediato, de modo a acautelar acidentes futuros. (DOM)

* Informação, datada de 1 de Março de 2010, do Sector de Fiscalização de Obras e Empreitadas, dando conhecimento dos materiais necessários para se proceder à reparação do edifício “Espaço Associativo”, onde estão sedeadas algumas associações locais, situado em Peniche.

- Deliberado autorizar o DOM a realizar as obras necessárias, nos termos da presente informação. (DOM)

* Informação n.º SMPC 28/10, datada de 30 de Março de 2010, do Serviço de Protecção Civil, propondo que se proceda à apreciação pública do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Peniche.

- Deliberado deferir.

A Câmara tomou ainda conhecimento da seguinte correspondência e expediente:

* Mapa de controlo orçamental da receita, referente ao período de Janeiro a Março de 2010.

* Mapa de controlo orçamental da despesa, referente ao período de Janeiro a Março de 2010.

* Mapa da execução das Grandes Opções do Plano, referente ao período de Janeiro a Março de 2010.

* Relatório 2007/2008/2009 do Gabinete de Iniciativa e Empreendedorismo.

* Carta n.º CD/024, datada de 25 de Março de 2010, da Associação Portuguesa de Planeadores do Território, remetendo o relatório da 2.ª avaliação efectuada para atribuição ao Município de Peniche da Bandeira de Ouro da Mobilidade. (P.º 18/02)

PESSOAL:

* Foi presente lista nominal dos trabalhadores contratados em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, contratos de prestação de serviços, contratos de emprego inserção e estágios qualificação emprego, estágios profissionais e trabalho extraordinário ao serviço em Março de 2010.

- Tomado conhecimento. (31/02)

APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO:

* Na sequência do pedido apresentado pela Junta de Freguesia de Conceição, a Câmara deliberou ceder os seguintes materiais:

- 14 metros de lancil de oito de cantaria, 20 metros de lancil de oito de cimento, 20 metros de guia de cimento, 90 metros de pavê, 10 sacos de cimento e 5 m³ de pó de pedra, para proceder a arranjos na Rua Dr. Francisco de Sá Carneiro, naquela freguesia, no valor estimado de 560,70 €

CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS:

* Acompanhada de informação do Gabinete Jurídico, foi presente uma minuta de contrato de comodato a celebrar com a Cercipeniche, relativo a um imóvel, situado na Rua Dr. João de Matos Bilhau, em Peniche.

- Deliberado aprovar o texto do contrato de comodato a celebrar.

PATRIMÓNIO:

Cedência de terrenos para o domínio público:

* Na sequência do deferimento do licenciamento da construção referente ao processo de obras n.º 500/07, em nome da firma Sitacim.com, L.^{da}, foi presente uma informação, datada de 1 de Abril de 2010, do Notariado Privativo, propondo que a Câmara proceda à aceitação de três parcelas de terreno, com as áreas de 293,45 m², 1184,40 m² e 38,80 m², para efeitos de integração na via pública.

- Deliberado aceitar a cedência gratuita ao Município das parcelas de terreno, conforme previsto na planta de implantação.

Certidão de direito de preferência:

* Requerimento, em nome de Filipe Duarte Estêvão Correia, solicitando que a Câmara emita certidão em como não pretende exercer o direito de preferência sobre o prédio, sito na Rua Alexandre Herculano, n.ºs 74, 76, 78, 80 e 84, em Peniche.

- Deliberado informar o requerente de que a Câmara não pretende exercer o direito de preferência.

Alienação de terrenos – celebração de escritura:

* Requerimento, em nome de Vitor Manuel Martins Alves, solicitando a celebração de

escritura de compra e venda de uma parcela de terreno, sita em Ferrel, para efeitos de apresentação na Conservatória do Registo Predial.

- Deliberado autorizar a celebração de escritura de compra e venda, na qual se consignará que o terreno corresponde ao titulado pelo alvará de alienação n.º 289, emitido em 18 de Abril de 1978.

PROPOSTA DE ALINHAMENTOS:

* Elaborada pela Divisão de Estudos, Projectos, Planeamento e Controlo, foi presente uma proposta de alinhamento para um arruamento situado nos Fetais, na sequência de um pedido de licenciamento de obras em nome de Paulo Jorge Vaz Barão.

- Deliberado aprovar.

LOTEAMENTOS:

* Foi presente o processo de operação de loteamento n.º L9/00, em nome de Ana Cristina Gomes Silvério Julião & Outros, para loteamento de uma propriedade sita na Travessa da Boa Vista, n.º 4, em Peniche, já presente em reuniões anteriores e acompanhado agora de uma informação da Arquitecta Paisagista.

- Deliberado aprovar a alteração ao loteamento, que consiste no aumento da cêrcea de 5 lotes.

LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES:

* Foi presente o processo de obras n.º 73/10, em nome de Ludgero Gomes – Construções, L.^{da}, para proceder a alterações no decurso da obra de construção de um condomínio de seis moradias, sito na Rua El-Rei D. Dinis, n.º 36, em Geraldês.

- Deliberado aprovar o pedido de alterações, nos termos do parecer da DGUO, de 25 de Março de 2010.

ENCERRAMENTO:

Sendo treze horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que, para efeitos imediatos, foi totalmente aprovada em minuta no final da mesma, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro.

E eu, _____, Director de Departamento de Administração e Finanças, a subscrevo e assino.